

Caderno de Programação e Resumos do

IV Encontro Nacional GT História e Marxismo

DE 29 DE NOVEMBRO A 1 DE DEZEMBRO DE 2022

CCHLA - UFPB

JOÃO PESSOA - PARAÍBA - BRASIL



Informações:

**[https://sigeventos.ufpb.br/eventos/public/evento/
IVHistoriaeMarxismo](https://sigeventos.ufpb.br/eventos/public/evento/IVHistoriaeMarxismo)**

ou

<https://shre.ink/UJL>



IV Encontro Nacional GT História e Marxismo

DE 29 DE NOVEMBRO A 1 DE DEZEMBRO DE 2022
CCHLA - UFPB
JOÃO PESSOA - PARAÍBA - BRASIL



CADERNO DE PROGRAMAÇÃO E RESUMOS DO IV ENCONTRO NACIONAL GT HISTÓRIA E MARXISMO

DE 29 DE NOVEMBRO A 1º DE DEZEMBRO DE 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES (CCHLA)
JOÃO PESSOA – PARAÍBA – BRASIL

Realização:

GT História e Marxismo - ANPUH

GEPEHTO - Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Trabalho - UFPB

Grupo de Pesquisa História e Poder - Unioeste

GTO - Grupo de Trabalho e Orientação - UFF

LABELU - Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais - UEFS

NEPHC - Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Contemporânea - UFG

Politiza - Grupo de Pesquisa História Política, dos Partidos e Movimentos Contemporâneos de Esquerda e Direita - UFBA

TEMPO – Território, Movimentos Sociais e Relações de Poder – UERJ

Grupo de Estudo e Pesquisa em Marxismo - UFCCG

Apoio:

Departamento de História - UFPB

Programa de Pós-Graduação em História - UFPB (PPGH-UFPB)

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA-UFPB)



Layout e Editoração Eletrônica:
Tiago Bernardon de Oliveira

Imagem da capa:
Estátuas de Marx e Engels em Bishkek, Quirguistão

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. A revisão ortográfica e gramatical e o conteúdo dos resumos são responsabilidade dos/as autores/as. Foram acolhidos aqui as propostas de apresentação de trabalhos para o IV Encontro Nacional GT História e Marxismo, aprovadas previamente pelos/as respectivos/as coordenadores/as dos Eixos Temáticos, integrantes da Comissão Científica. O envio dos textos integrais para a publicação nos anais eletrônicos não era obrigatório.

Esta versão eletrônica encontra-se no site do evento:

<https://sigeventos.ufpb.br/eventos/public/evento/IVHistoriaeMarxismo> .

Ficha Catalográfica

C122 IV Encontro Nacional GT História e Marxismo (2022 : João Pessoa, PB).

Caderno de programação e resumos do IV Encontro Nacional GT História e Marxismo [recurso eletrônico], de 29 de novembro a 1 de dezembro de 2022, João Pessoa, Brasil. - 2022.

52 p. : il. ; 2.11 MB.

ISBN: 978-65-00-59297-9

1. Marxismo. 2. História. I. Título.

21. ed. CDD 335.411 9

Ficha catalográfica elaborada por Taciany Kariny dos Santos Almeida – CRB-15/789

Comissão Organizadora:

Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (GEPEHTO-UFPB)
Ana Carolina Monteiro Paiva (GEPEHTO-UFPB)
Iyalê Tahyrine Moura Correia (GEPEHTO-UFPB)
José Jonas Duarte da Costa (UFPB)
Julio Cesar dos Santos Nascimento (GEPEHTO-UFPB)
Lidineide Vieira da Costa (UFBA; GEPEHTO-UFPB)
Luiza Paiva Duarte de Andrade Carneiro (GEPEHTO-UFPB)
Márcio Tiago Aprígio de Figueiredo (Secretaria Estadual de Educação – PB; GEPEHTO-UFPB)
Maria Clara Lima de Menezes (UFPB)
Paula Tamyres Veríssimo da Silva (GEPEHTO-UFPB)
Tiago Bernardon de Oliveira (Coordenador Responsável – GEPEHTO-UFPB)
Waléria Kássia Martins da Silva (GEPEHTO-UFPB)

Comissão Científica:

Adriana Medeiros Farias (UEL)
André Pereira Guiot (Sec. Mun. de Edu. de Duque de Caxias – RJ)
Aruã Silva de Lima (UFAL)
Carla Luciana Souza da Silva (Unioeste)
Carlos Zacarias Figueiroa de Sena Junior (UFBA)
David Maciel (UFG)
Eduardo Daflon (UFF)
Eurelino Teixeira Coelho Neto (UEFS)
Flávio Henrique Calheiros Casimiro (IFSULDEMINAS)
Frederico Duarte Bartz (UFRGS)
Gelsom Rozentino de Almeida (UERJ)
Gilberto Grassi Calil (Unioeste)
Marco Vinícius Moreira Lamarão (IFFluminense)
Mário Jorge da Motta Bastos (UFF)
Oswaldo Batista Acioly Maciel (UFAL)
Rejane Carolina Hoeveler (UFF)
Thiago Pereira da Silva Magela (UNEMAT)
Vicente Neves da Silva Ribeiro (UFFS)
Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes (UFF)

Direção do CCHLA:

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva (Diretor)
Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (Vice-Diretor)

Chefia do Departamento de História:

Fernando Cauduro Pureza (Chefe)
Monique Guimarães Cittadino (Vice-Chefe)

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFPB):

Surya Aaronovich Pombo de Barros (Coordenadora)
Ana Maria Veiga (Vice-Cordenadora)

PROGRAMAÇÃO GERAL

Mesa Redonda 1 (29 de novembro, às 18h30 – Auditório 412 – CCHLA/UEPB)

CAPITAL, TRABALHO E LUTAS DE CLASSES

Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes (UEPB)

Carla Luciana Souza Silva (Unioeste)

Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira (UEPB)

Mesa Redonda 2 (30 de novembro, às 18h30 – Auditório 412 – CCHLA/UEPB)

LUTAS SOCIAIS, AMÉRICA LATINA E IMPERIALISMO

Gilberto Grassi Calil (Unioeste)

Aruã Silva de Lima (UFAL)

José Jonas Duarte da Costa (UEPB)

Mesa Redonda 3 (1º de dezembro, às 18h30 – Auditório 412 – CCHLA/UEPB)

DESAFIOS DA CONJUNTURA PÓS-ELEITORAL

Oswaldo Batista Acioly Maciel (UFAL)

David Maciel (UFG)

Dilei Aparecida Schiochet (Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira)

Sessões Coordenadas (Apresentações de Comunicações)

As Sessões Coordenadas ocorreram nas manhãs (das 8h30 às 12h) de 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro de modo remoto (<https://www.youtube.com/@en.historia.e.marxismo>). Elas foram organizadas em torno dos seguintes **Eixos Temáticos**:

1 - Trabalho e Trabalhadoras/es: organizações, exploração e opressões (Coord.: Frederico Bartz - UFRGS; Oswaldo Acioly - UFAL)

2 - Movimentos sociais: campo e cidade (Coord.: Gelson Rozentino - UERJ; Tiago Bernardon - UEPB)

3 - Golpe, Ditadura e Transição: repressão e resistências (Coord.: Carla Silva - Unioeste; David Maciel - UFG)

4 - Brasil, anos recentes: direita, esquerda e lutas de classes (Coord.: Flávio Casimiro - IFSULDEMINAS; Gilberto Calil - Unioeste)

5 - Imperialismo: crise, conflitos, resistências (Coord.: Carlos Zacarias Sêna Jr. - UFBA; Virgínia Fontes - UFF)

6 - Intelectuais, hegemonia e cultura (Coord.: Aruã de Lima - UFAL; Eudélio Coelho - UEFS)

7 - Educação, projetos sociais e lutas de classes (Coord.: Adriana Farias - UEL; Marco Lamarão - IFFluminense)

8 - Poder, Dominação e Resistência nas Sociedades Antigas, Medievais e Modernas (Coord. Eduardo Daflon - UFF; Mário Jorge Bastos - UFF; Thiago Magela - UNEMAT)

9 - Classes dominantes: configuração e formas de atuação (Coord.: André Guiot - SME-Duque de Caxias; Rejane Hoeveler - UFF)

RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES

Canal de transmissão ao vivo:

<https://www.youtube.com/@en.historia.e.marxismo>

Eixo Temático n. 1

Trabalho e Trabalhadoras/es: organizações, exploração e opressões

(Coord.: Frederico Bartz - UFRGS; Osvaldo Acioly - UFAL)
frederico.duartebartz@gmail.com ; osvaldo.maciol@ichca.ufal.br

Terça-feira, 29 de novembro – 8h30 às 12h

<https://youtu.be/Huwymb5Dys0>

*“Tudo pelo trabalho”: Os trabalhadores no extrativismo da Manihot
Piauihyensis, formas de remuneração e escravidão por dívida no início do
século XX*

Charlene Veras de Araújo

charveras@gmail.com

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

O processo estrutural de formação do mercado de trabalho no Piauí, através do extrativismo da borracha de maniçoba, não teve como consequência a instauração de relações de trabalho plenamente capitalistas no campo. A força de trabalho alocada estava condicionada ao capital comercial e agroexportador, portanto, precarizada em condições de trabalho análogas à escravidão do século XIX. Deste modo, o presente artigo objetiva compreender as relações de trabalho nessa atividade produtiva no início do século XX. Nesse momento, a região Sudeste do Piauí é inserida no mercado internacional, por meio do desenvolvimento do extrativismo da borracha de maniçoba, responsável por uma relativa prosperidade econômica, sentida em vários aspectos da sociedade piauiense, principalmente, em relação à receita pública do Estado. Nessa atividade produtiva, os trabalhadores foram mantidos em condições de trabalho aviltantes, através do sistema de barracão, em que a concentração fundiária existente nas áreas produtoras de látex determinou o processo produtivo. As vultosas exportações da maniçoba provocaram uma migração crescente de trabalhadores para os municípios extratores da goma elástica. Essa concentração de mão de obra, disposta a vender sua força de trabalho para o mercado da borracha, tornou-se responsável por gerar um mercado de trabalho no Piauí. Utilizamos como fonte: Jornais, Relatórios de viajantes e Mensagens apresentadas à Câmara Legislativa do Estado do Piauí. Documentos analisados à luz do Materialismo Histórico Dialético e a discussão historiográfica do tema proposto.

*Nikolaus Behr, Fritz Haberland e Max Winter em Porto Alegre:
comunidade teuto-brasileira, movimento operário e circulação internacional
de militantes*

Frederico Duarte Bartz

frederico.duartebartz@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Esse trabalho busca abordar três episódios ocorridos entre os anos 1910 e 1920 na cidade de Porto Alegre envolvendo militantes do movimento operário alemão e austríaco, suas organizações e a comunidade teuto-brasileira, especialmente os trabalhadores de origem germânica. O primeiro caso trata da visita de Nikolaus Behr, um representante do SPD de Bremen ao Rio Grande do Sul em 1915 para proferir uma série de conferências defendendo o apoio dos social-democratas ao esforço de guerra do Império Alemão. O segundo episódio é a vinda de Fritz Haberland, representante do KPD, em 1922 com a finalidade de organizar um Núcleo Comunista Teuto Brasileiro em Porto Alegre. O terceiro caso foi a visita de Max Winter, um quadro importante do SPÖ austríaco, no ano de 1928 para proferir conferências aos operários da capital gaúcha. Acredito que a análise desses episódios ajudem a aprofundar o conhecimento sobre as relações internacionais do movimento operário brasileiro, especialmente sua vinculação aos países de língua alemã.

*O Direito Capitalista do Trabalho e a luta coletiva pelo direito em Minas
Gerais (1953-1954)*

Otávio Lopes de Souza

lopesdesouzaotavio@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

O objetivo deste trabalho consiste em demonstrar a ambivalência constitutiva do Direito Capitalista do Trabalho, que é, ao mesmo tempo, Direito do Trabalho e Direito do Capital. Para tanto, utilizam-se os dissídios coletivos disponíveis no Centro de Memória do TRT-3 para demonstrar, de forma empírica, o discurso e a interpretação existentes em torno da luta pelo direito dos sindicatos de trabalhadores e das trabalhadoras no período em João Goulart foi ministro do Trabalho durante o segundo governo Vargas, já que se trata de um contexto com significativa agitação sindical em Minas Gerais. A partir disso, será possível demarcar que a atuação em espaços institucionais, como a Justiça do Trabalho, é um meio (e não um fim) ainda muito importante para mostrar as mazelas do que está posto aos sujeitos históricos, bem como para conseguir efetivar, no dia a dia, os direitos historicamente conquistados dentro de uma sociedade de capitalismo periférico.

Anti-Work Movement e o Quiet Quitting como forma de resistência à precarização do trabalho em tempos de neoliberalismo e financeirização

Danilo Augusto da Silva Horta

danosilvahorta@gmail.com

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Com o regime de acumulação flexível e a conseqüente ascensão do Toyotismo em meados da década de 1970, observa-se inúmeras transformações nos diferentes mundos do trabalho, não somente porque há alterações na forma pela qual a produção é organizada em nível global, mas porque a dominância do capital financeiro se traduz em uma necessidade crescente de exploração da força de trabalho em todo o mundo. Tais transformações, foram responsáveis por gerar novas formas de trabalho, por causar crescentes níveis de precarização do trabalho e por levar massas crescentes de trabalhadores à informalidade. Além disso, estes fenômenos são acompanhados pelo aparato político-ideológico do neoliberalismo, responsável por afetar a subjetividade dos trabalhadores de todas as sociedades. Partindo desta concepção, o artigo a ser realizado terá por objetivo analisar e discorrer acerca da existência de novas formas de resistência “não-convencionais” postas em prática, especialmente, por trabalhadores de países centrais tal como é o caso do “anti-work movement” e do “quiet quitting”. Adota-se para isto o método de abordagem hipotético-dedutivo e a análise exploratória como método procedimental.

Quarta-feira, 30 de novembro – 8h30 às 12h

<https://youtu.be/GLUfj6GP74>

A Historiografia do Colapso Soviético e a Teoria do Estado Operário Burocrático

Morgana Romão Soares

morganaromao@tutanota.com

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Assim como o seu começo, a URSS abalou o mundo com o seu último suspiro. É um movimento típico que eventos de tamanha magnitude mobilizem uma vasta produção em um curto espaço de tempo. No entanto, o tema do Colapso, contrariamente ao que se verificou nas produções recentes sobre a Revolução Russa, carece de revisitações e inovações teóricas há mais de duas décadas.

As narrativas que hoje predominam ainda promovem antigos fantasmas de um comunismo totalitário, salientam com pouca cautela os traços revolucionários das massas ou sustentam uma

narrativa hermeticamente econômica e sem classes. Outras, menos prestigiadas na academia, idealizam o regime soviético à luz de seletas lideranças. Balançadas entre considerar o Colapso como uma fatalidade previsível, uma revolução ou uma contrarrevolução, essas perspectivas, com poucas ressalvas, também não interpretaram de forma apropriada a natureza política dos eventos de 1989 a 1991.

Diante disso, esta comunicação objetiva apresentar as características mais centrais dessas correntes teóricas e promover, em contraposição, uma perspectiva sobre o Colapso Soviético edificada nas formulações de Leon Trótski sobre o Estado Operário Burocrático.

A teoria do Estado operário burocratizado e os trotskistas diante do colapso da URSS

Marcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro

marciolmonteiro@gmail.com

Fundação Municipal de Educação de Niterói (RJ)

A teoria do Estado operário burocratizado é uma das principais contribuições de Leon Trotski ao marxismo. Ao buscar compreender a realidade soviética dos anos 1920-30 e se posicionar diante do que enxergava enquanto um desvio do projeto revolucionário original, Trotski e seus camaradas acabaram por desenvolver um modelo teórico para analisarmos formações sociais de transição entre o capitalismo e o socialismo. Um dos elementos desse modelo era apontar os caminhos prováveis de uma contrarrevolução que restaurasse o Estado burguês. Contudo, diante dos eventos que marcaram o colapso da URSS, os principais grupos internacionais que reivindicavam à época o legado político de Trotski, originados da fragmentação da Quarta Internacional, teceram análises por vezes impressionistas da situação e não atentaram para os riscos contrarrevolucionários colocados. Esta comunicação pretende apresentar o potencial analítico da teoria do Estado operário burocratizado para explicar o colapso da URSS, em um diálogo crítico com o arcabouço original e com suas diferentes apropriações por tais grupos. Trata-se do tema de nossa tese de doutorado defendida em outubro de 2021 no PPGH UFF.

SINTUFAL: História e memória do Sindicato dos Trabalhadores da UFAL

Oswaldo Batista Acioly Maciel

osvaldo.maciol@ichca.ufal.br

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Esta proposta pretende apresentar os resultados obtidos no projeto de memória coordenado por mim junto ao Sintufal (abril/2018-março/2019). O projeto visava, basicamente, três grandes objetivos: A) intervir no acervo existente no sindicato, no sentido de explorar e identificar suas tipologias, produzindo uma avaliação inicial deste acervo; B) reconstruir a memória do sindicato, de suas diretorias e da sua base de associados a partir das técnicas da História Oral e da história de vida; C) colaborar com a construção da consciência e da identidade dos trabalhadores da UFAL, socializando resultados do projeto em diversos formatos e suportes e produzindo um sentido de pertença apropriado aos desafios da conjuntura em que vivemos.

***O Amor Necrófilo do Patrão Pela Classe Trabalhadora:
As profissões e a profissão técnica e uma formação de classe para lutar
contra a opressão dos patrões***

Edson Alberto Correia Barros
edsonalberto26@hotmail.com

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

O presente trabalho é uma análise de pesquisa em torno de um estudo teórico sobre a falta de consciência de classe dos trabalhadores jovens e adultos dentro do mercado de trabalho e nas formações de estudos que deixam a margem, uma formação que conscientize o jovem trabalhador que almeja pelo seu primeiro trabalho sem ter um entendimento da exploração que ele vai sentir em seu corpo e mente em meio à labuta do dia-dia. Visto que a classe trabalhadora deve se unir para exigir pelos seus direitos, pois os direitos do trabalhador brasileiro está cada vez mais sendo desonerado pelo neoliberalismo e fascismo capitalista brasileiro.

Dentro deste laboratório, busca-se discutir um entendimento do Técnico em Arquivologia, ao mesmo tempo explanando uma intervenção, como uma das células para entender que não basta ter uma formação acadêmica, tecnológica e profissional se a vida vale tão pouco perante as empresas capitalistas que empregam o trabalhador pagando-lhe apenas pela sua força de trabalho e gerando a mais-valia.

Portanto, analisaremos essa profissão de arquivar documentos que vem de um tempo e espaço diferente do séc. XXI. E que outras culturas já tinham essa preocupação de guardar diversos documentos, como papiros, e pergaminhos, uso como exemplo os mosteiros medievais, e a biblioteca de Alexandria.

Eixo Temático n. 2

Movimentos sociais: campo e cidade

(Coord.: Gelsom Rozentino - UERJ; Tiago Bernardon - UFPB)

rozentino@gmail.com ; tiago.bernardon@academico.ufpb.br

Quarta-feira, 30 de novembro – 8h30 às 12h

<https://youtu.be/Zgb17CMsyHg>

Sociedades Indígenas e Marxismo: discussões teórico-metodológicas

Nicolas Alexandria

nicolas.alexandria@gmail.com

Museu Nacional/UFRJ

Esta comunicação tem como objetivo principal apresentar a sistematização da leitura de trabalhos clássicos e contemporâneos do marxismo sobre formações sociais pré-capitalistas, de modo a dimensionar o papel que as relações entre a teoria marxiana/ marxista e as sociedades indígenas no Brasil desempenham tanto na compreensão sobre a existência destas últimas como na definição de ontologias contrapostas ao capital. Trabalha-se com a hipótese de que a literatura clássica marxiana/marxista propõe olhares para as sociedades indígenas que necessitam serem retomados em chave analítica contemporânea, com o intuito de compreender estratégias de reprodução do capital e a convivência com o capitalismo contemporâneo em confronto com a questão indígena dentro da emergência de conflitos agrários, modalidade de definições, usos e ocupações da terra, a constituição de formas simbólicas de classificação espacial, processos de socializações territoriais, relações de trabalho, mercadorias fictícias, sistemas de representação, entre outros temas, que estabelecem prioridades para incorporação de ontologias indígenas a agenda de luta política marxista contra o capitalismo contemporâneo.

Um olhar sobre experiências históricas da imprensa negra enquanto organizadores coletivos

Iyalê Tahyrine Moura Correia

iyale.tmc@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

A imprensa negra pode ser compreendida enquanto um “jornal feito por negros; para negros; veiculando assuntos de interesse das populações negras” (PINTO, 2016, p. 25). A partir da análise dos periódicos *Negritude* e *Omnira*, jornais da imprensa negra do Recife produzidos pelo Movimento Negro Unificado de Pernambuco (MNU-PE) entre as décadas de 1980 e 1990, acolhemos a formulação teórica de Vladimir Ilitch Lênin que afirma ser o jornal um “organizador coletivo” sendo este o “fio fundamental, seguindo o qual podemos invariavelmente desenvolver, aprofundar e ampliar essa organização” (LÊNIN, 2020, p.171). É nessa perspectiva que nos propomos a olhar para outras experiências históricas da imprensa negra como *A Voz da Raça*, período da Frente Negra Brasileira (FNB) e o Quilombo jornal do Teatro Experimental do Negro (TEN) na busca de compreender como esses jornais cumpriram o papel de organizadores coletivos da população negra sendo o “fio” entre as organizações e os seus leitores e leitoras.

A ocupação do interior do Nordeste: migrações e consequências

Hévilla Wanderley Fernandes

hevillawanderley@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

A ocupação do sertão nordestino começa no século XVIII, e ocorre de forma irregular, concentrando-se nas fazendas de gado. Como explica Prado Jr. (1961), as populações se concentram às margens dos poucos rios perenes do sertão, entre eles o São Francisco. Com o aumento da população no interior, tem início os problemas com a estiagem até que, com a grande seca de 1877 a 1879, ganha impactos de tragédia nacional. Assim, as secas passam a serem elementos centrais em debates sobre subdesenvolvimento regional, transformando-se na principal explicação para os problemas do Nordeste, servindo para ocultar a imposição das relações de produção que geram, até hoje, a concentração de terras no país. Este artigo pretende discutir a interiorização do Nordeste; examinar os motivos e as consequências dessa ocupação, já que esta é a região semiárida mais ocupada do mundo; e tratar da mistificação das migrações em torno de quase exclusivamente das questões climáticas. Serão utilizados autores que se debruçaram sobre ocupações territoriais, migrações e constituição das classes sociais no Nordeste e no Brasil. Entre eles, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Celso Furtado e Guillermo Palacios.

Dinâmicas do trabalho no Nordeste: Contribuições de Francisco de Oliveira para pensar a formação da feira da Sulanca em Caruaru-PE

Julio Cesar dos Santos Nascimento

jcnascimento077@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

O presente estudo trata-se de um recorte de pesquisa que está sendo desenvolvida junto ao PPGH-UFPB. Buscamos através dessa comunicação, discutir a formação da feira da Sulanca em Caruaru Pernambuco, essa feira que tem por característica a produção e venda de peças têxteis como camisas, calças e outras peças do vestuário, à luz das contribuições do sociólogo Francisco de Oliveira. Pensamos que o debate promovido por esse autor a respeito das dinâmicas do capitalismo brasileiro, isso porque acreditamos que a constituições dos espaços regionais debate empreendido por ele nos ajuda a compreender a formação da Sulanca, dessa forma, pretendemos apontar alguns conceitos que temos utilizado ao longo da pesquisa como os conceitos de região, divisão inter-regional do trabalho e desenvolvimento desigual e combinado. Conceitos esses que vão sendo trabalhados da década 70 do século XX em diante e que acreditamos jogar uma luz em como a Sulanca está ligada ao processo de expansão do capitalismo no Brasil e nas formas de trabalho precário que acompanham esse movimento.

***Democracia à brasileira:
a fragilidade de uma construção, com vitórias e derrotas entre os
enfrentamentos da luta de classes e golpes no Brasil (1889-2016)***

Gelsom Rozentino de Almeida

rozentino@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

O presente trabalho tem como proposta identificar os elementos da fragilidade da Democracia e do sistema político brasileiro, através da análise de suas contradições e limites e, especialmente, pelos diferentes golpes que permitiram a ruptura democrática ou reafirmaram o caráter da autocracia no Brasil. Pretende ainda analisar as formas de organização dos trabalhadores, suas contribuições para a Democracia, destacando limites, contradições, vitórias e derrotas no processo histórico do desenvolvimento capitalista, com as especificidades políticas, sociais e econômicas da formação social brasileira. Busca ainda contribuir para a construção de cenários a partir dos desdobramentos da crise em curso, as possibilidades de reorganização de movimentos sociais e resistência popular, bem como do restabelecimento do Estado de direito e da democracia no Brasil.

Quinta-feira, 01 de dezembro – 8h30 às 12h

<https://youtu.be/lgrsNJwpLAG>

Trabalhadores e organização sindical na Paraíba (1958-1964)

Paula Tamyres Veríssimo da Silva
paulatamyres20@gmail.com
GEPEHTO-UFPB

O período de 1945 até o golpe civil militar de 1964 foi marcado por diversas fases do movimento sindical brasileiro. Entre elas destacam-se a expansão das organizações sindicais e os embates internos provocados por suas várias vertentes, além das greves e das relações com o Estado e diversos partidos políticos que também somaram-se às articulações desse contexto. Nessa comunicação, pretende-se analisar as entidades sindicais paraibanas entre 1958 e 1964, a exemplo da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado da Paraíba, situando-as em um contexto de intensa efervescência nacional de grande lutas sindicais e que por essas atuações passaram a ser temidas pela classe dominante e foram desmateladas pelo golpe civil-militar em 1964, ao terem seus principais líderes cassados e presos e suas instituições colocadas sob intervenção.

A “Tragédia de Mari” sob a perspectiva do judiciário, polícia militar e exército (1964): uma análise a partir do conceito de Estado Ampliado

Ítalo Ramon Coelho de Aquino
italosochin61@gmail.com
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

O presente artigo tem como objetivo discutir o conflito que ficou conhecido na historiografia paraibana como “Tragédia de Mari”, conflito esse que ocorreu no dia 15 de janeiro de 1964 e resultou em onze pessoas mortas. Entre elas, quatro funcionários do latifúndio, três policiais militares e quatro camponeses, o conflito é interpretado dentro dos conceitos teóricos de crise de hegemonia e estado ampliado e utiliza como fontes para pesquisa documentos produzidos pelo setor do judiciário, da polícia militar e do exército paraibano.

Temp(l)os de luta: notas para a elaboração de uma história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande-PB (1962-1985)

Rivaldo Amador de Sousa
riamaso@yahoo.com.br
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

O golpe civil-militar que instituiu o governo ditatorial em 1964 interrompeu um projeto de democracia que se estabelecia no país, obstaculizando, principalmente, as lutas e conquistas por direitos sociais e políticos da gente despossuída. Apoiado pelas elites políticas e empresariais esse governo autoritário reprimiu violentamente as lutas de resistência. Esta comunicação pretende discutir elementos indispensáveis para a construção de uma história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Alagoa Grande, enquanto tempo de luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, na região do Brejo paraibano, considerando a sua importância para a conquista de direitos trabalhistas. Trata-se de um período em que a luta de mulheres e homens do mundo campestre foi permeada por diversos fatores que atravessavam a vida desses atores sociais como o autoritarismo, o mandonismo, a violência patronal, a miséria, a fome, a exploração de trabalho, o não reconhecimento de direitos trabalhistas etc. Para essa discussão, recorreremos às diferentes fontes históricas como atas sindicais, jornais, processos trabalhistas, entrevistas, livros de memórias etc. Consideramos que o STR de Alagoa Grande, junto a outras entidades sindicais, transformou-se num importantíssimo espaço de luta de resistência dos trabalhadores rurais e contribuiu diretamente para a construção de uma cultura do direito.

Os trabalhadores canavieiros de Pernambuco: consciência de classe e consciência histórica como um caminho para ação na história

Bárbara Maria Costa e Silva

barbaramcostas@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Esta comunicação pretende elaborar algumas reflexões acerca dos significados das práticas de formação constante dos trabalhadores rurais pela FETAPE (Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco) ao longo da segunda metade do século XX. Tais formações construíram e transmitiram a narrativa do histórico de lutas da Federação, consolidando, com o passar das décadas, a compreensão da consciência de classe e consciência histórica entre os trabalhadores canavieiros, sob uma forte noção de cultura histórica, igualmente consolidada nesse processo. Com isso, a Federação incentivou, no passado, o despertar da consciência de classe e se mantém, solidificando no presente, a consciência histórica, mantendo acesa a chama sob o processo histórico da classe trabalhadora rural pernambucana. O processo de transmissão dos saberes entre os trabalhadores idosos e os canavieiros novatos possibilita a preservação da memória das conquistas e lutas, fortificando o entendimento de cultura histórica valorizada como algo instrumental para o presente. Ao jogar luz sob essa dinâmica nos permitirá perpassar por alguns caminhos possíveis para o fortalecimento da classe trabalhadora contemporânea no Brasil.

Trajetória formativa da Diocese de Guarabira - PB (1981):

inspirações, tendências e ações

Lidineide Vieira da Costa

lidineidecursohistoria@gmail.com

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

A Teologia da Libertação desenvolveu-se no ceio da Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) e das Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), gerando orientações que deram ênfase a realidade socioeconômica enfrentada pelos países subdesenvolvidos e a gravidade do quadro de miséria da população pobre. Dessa forma, como uma teologia que buscou sair do plano mental, muitas ações foram desenvolvidas na América Latina seguindo os seus preceitos, quadro que pode ser observado na Paraíba e, como espaço de análise nesse estudo, na Diocese de Guarabira, formada em 1981. Nesse sentido, objetiva-se apresentar as referências para a ação diocesana desenvolvida pelo bispo Dom Marcelo Pinto Cavalheira e como a criação do chamado setor de “serviços” possibilitou e contribuiu para a organização e desenvolvimento de movimentos sociais que, diante das péssimas condições de trabalho e vida, se organizaram na Mesorregião do Agreste e Brejo Paraibano.

Eixo Temático n. 3

Golpe, Ditadura e Transição: repressão e resistências

(Coord.: Carla Silva - UNIOESTE; David Maciel - UFG)
carlalusi@gmail.com ; davidmaciel@ufg.br

Quarta-feira, 30 de novembro – 8h30 às 12h
<https://youtu.be/t9GL7tdgWak>

*(Des)Encontros de gerações:
resistência à ditadura civil-militar a partir da Argélia (1970-1973)*

Débora Strieder Kreuz
debora_kreuz@yahoo.com.br
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

A comunicação objetiva analisar as estratégias de resistência à ditadura articuladas a partir da Argélia no período compreendido entre 1970 e 1973. Esse país recebeu exilados brasileiros desde 1965, com destaque para Miguel Arraes, governador de Pernambuco no momento do golpe e que, após a saída do Brasil formou em torno de si uma pequena comunidade, vinculada sobretudo ao seu governo deposto. Em 1970 chegaram à Argélia os 40 banidos trocados após o sequestro do embaixador alemão, o que fez com que as atenções do aparato repressivo se voltassem àquele país. Assim, buscaremos compreender as interações realizadas, ou não, entre representantes da chamada institucionalidade democrática pré-1964 e os militantes da luta armada recém chegados. Limitamos à análise ao ano de 1973 pois é o momento em que a circulação pelo país magrebino diminui consideravelmente, tendo em vista o golpe no Chile. Para a realização da proposta utilizamos cartas trocadas entre Arraes e diferentes personalidades, memórias de militantes e a documentação dos órgãos repressivos brasileiros.

*Influência do marxismo na Teologia da Libertação:
uma análise das práticas do Pe. Donato em Cuité*

Victor da Rocha Silva Júnior
vjrhistoria@gmail.com
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Historicamente, o Marxismo é combatido como inimigo do catolicismo e das práticas religiosas. Diversos papas ao longo da história publicaram escritos que condenam a Ideologia Marxista, ao vê-la como ateia, subversiva e distante dos princípios cristãos. Entretanto, em contramão a este pensamento conservador, surge após o Concílio Vaticano II, a Teologia da Libertação. Tal movimento, bastante difundido em especial na Igreja da América Latina, tem como principal característica a ideia da “opção pelos pobres” pautado em um caráter religioso, social e político. O presente trabalho é uma análise crítica que objetiva entender a estreita relação entre a Teologia da Libertação e o Marxismo. Além disso, buscamos compreender a forma que essa dualidade influencia em práticas de Padres nas mais diversas cidades do Brasil, a exemplo do Padre Donato Rizzi na cidade de Cuité, interior da Paraíba.

Os estudantes campinenses – a Folha da Juventude Secundarista (1964-1969)

Talita Silva Araujo

atalita98@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Esse artigo apresenta a participação dos estudantes secundaristas na luta contra a Ditadura Empresarial-Militar em Campina Grande- Paraíba entre os anos de 1964 a 1969. O objetivo principal é apresentar a atuação política do movimento estudantil secundarista inserida na sociedade campinense desde da invasão do CEC-CG em 1964 e o fechamento em 1969. De forma conceptual a análise do trabalho se realiza no campo da teoria e do método do materialismo-histórico-dialético. Utilizamos como fonte documentais os periódicos, tais como o Diário da Borborema, Gazeta do Sertão, Jornal da Paraíba, Gazeta Campinense e Tribuna de Campina e cruzamos com fontes iconográficas nos jornais campinenses que participaram do processo analisado, assim dando suporte a análise crítica do arcabouço documental para a escrita do vestígio do passado.

Um romance histórico falhado: a representação da ditadura militar no projeto ficcional de Paulo Francis

Carlos Eduardo Rebello de Mendonça

carlooseduardorebellodemendonca@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/ ICS)

Conforme Lukacs, a forma do romance histórico, como desenvolvida a partir do século XIX, seria uma representação ficcional da superação dialética das contradições que se encontrariam na base da sociedade burguesa desenvolvida e de sua institucionalizado. No Brasil dos anos 1970, o jornalista

Paulo Francis tentou realizar um painel histórico de tal natureza ao projetar uma trilogia de romances que representariam a sociedade brasileira "desde cima". O malogro desta tentativa ficcional, para além da conversão política do autor ao jurista, daria conta da inaplicabilidade concreta da forma do romance histórico à representação da sociedade brasileira moderna - e do caráter intratável das suas contradições de base.

O PCB e o imperialismo: compreensões e debates na década de 1960

Gabriella Barrozo Garcia Rodrigues

gbgrodriques@outlook.com

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

A década de 1960 no Brasil configurou-se como um período histórico marcado por intensas agitações políticas, tensões e agudização dos conflitos de classe. O processo de concentração de capitais e de internacionalização da economia que intensificava-se nesse período dava origem a disputas políticas, entre elas a hegemonia do processo de acumulação capitalista. Nesse contexto a luta anti-imperialista configuravam-se como uma das maiores polêmicas agitadoras do período, em um processo que desembocaria na Ditadura de 1964. Nesse cenário tem-se a atuação de diversas organizações revolucionárias que tentavam articular-se para compreender o contexto, provocar mudanças sociais e até mesmo, em alguns casos, iniciar o processo de revolução. Dentre essas organizações destaca-se aqui o Partido Comunista Brasileiro (PCB), com uma longa trajetória entre os comunistas brasileiros desde a década de 1920. Nesse sentido, busca-se analisar a forma com que o PCB compreendia a atuação do imperialismo no país e como pretendia organizar-se frente a esse fenômeno.

Quinta-feira, 01 de dezembro – 8h30 às 12h

<https://youtu.be/g7oEWCJT4kA>

Unidade burguesa e nova hegemonia no Governo Itamar Franco

David Maciel

davidmaciel@ufg.br

Universidade Federal de Goiás (UFG)

O processo político-social durante o período de governo de Itamar Franco se desdobra em três fases: de sua ascensão à presidência, em outubro de 1992 à nomeação de Fernando Henrique Cardoso para

o ministério da Fazenda, em maio de 1993, desta data à ao lançamento de sua candidatura à presidência, em abril de 1994 e deste momento até o final do mandato. Neste período são estabelecidas as bases para a construção de uma aliança político-social interburguesa capaz de superar a crise de hegemonia que se arrastava desde os anos 80 e que se desenvolverá com grande êxito no período seguinte. O apoio dos militares e a criação de uma ampla coalizão de partidos em torno do governo Itamar Franco favoreceram a superação do “momento messiânico” de Collor e a normalização temporária da direção política exercida pela presidência da República. No entanto, somente com a candidatura de Fernando Henrique Cardoso e a implementação do Plano Real há a consolidação desta situação político-institucional em direção à uma nova hegemonia, pois a unidade do bloco no poder em torno do que fazer, ou seja, em torno de um projeto histórico de longo prazo, o neoliberal, passou a ser construída e solidificada. Em primeiro lugar, por que além de reunir três partidos solidamente inseridos na institucionalidade (PSDB, PFL e PTB), a candidatura Fernando Henrique contava com o apoio do governo e por assumir a condição de principal adversário da candidatura Lula, passou a polarizar o apoio de variados setores políticos no interior dos outros partidos da ordem, esvaziando totalmente as outras candidaturas presidenciais do campo conservador. Em segundo lugar, os efeitos imediatos do Plano Real na queda da inflação, conferiram ao governo e ao seu candidato enorme legitimidade e apoio popular, garantindo a vitória nas eleições presidenciais já no 1º turno e conferindo ao presidente eleito um cacife político fundamental para a viabilização do projeto neoliberal. Em terceiro lugar, porque a conquista da estabilidade monetária e cambial abriu caminho para a aprovação da plataforma neoliberal nos pontos relacionados à abertura econômica e comercial e às privatizações ao equilibrar relativamente a disputa pela mais-valia social entre os capitais e assim reduzir as dissensões inter-burguesas.

Eixo Temático n. 4
Brasil, anos recentes:
direita, esquerda e lutas de classes

(Coord.: Flavio Casimiro – IFSULDEMINAS; Gilberto Calil – UNIOESTE)
flavio.calheiros@ifsuldeminas.edu.br ; gilbertocalil@uol.com.br

Quinta-feira, 01 de dezembro – 8h30 às 12h
<https://youtu.be/g7oEWCJT4kA>

“O Trabalho Precisa Continuar”: O Instituto Borborema e conservadorismo campinense estampado nas páginas da Revista Vila Nova (2011- 2013)

Lucas Tadeu Borges Viana
lucastadeuborgesviana@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

O presente trabalho se insere no rol de estudos do que vem se convencendo denominar de "Novas Direitas". Tem como pano de fundo a constituição de um "think tank" de Direita, fundado no ano de 2015 e sediado na cidade de Campina Grande, interior do Estado da Paraíba. Para melhor entender a história do Instituto Borborema, no entanto, é preciso remontar ao ano de 2009, quando seus principais dirigentes, em sua ampla maioria estudantes do curso de Direito da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), ingressaram no Curso Online de Filosofia (COF), ministrado por Olavo de Carvalho. Entre 2011 e 2013, estimulados pelas aulas do COF, o grupo de estudantes decide se aventurar no mercado editorial ao lançar a Revista Vila Nova. Dispondo de vultoso investimento da pequena burguesia local, o periódico contou com 9 edições e passou a difundir na cidade a concepção de mundo e o projeto de classe dos seus editores. A partir do repertório conceitual gramsciano, sobretudo as noções de intelectual orgânico e aparelho privado de hegemonia, a ideia deste artigo é problematizar a forma, o conteúdo e as principais questões levantadas pela revista. Além disso, buscar-se-á refletir sobre sua importância no fortalecimento da proposta de organização do referido Instituto.

Autocracia Burguesa e Neofascismo no Brasil:
Bolsonaro e a atualidade de Florestan Fernandes

Matheus de Carvalho Barros
matheuskdp2@hotmail.com
Universidade Federal Fluminense (UFF)

A proposta do trabalho é debater a atualidade de Florestan Fernandes para a compreensão socioeconômica do Brasil contemporâneo. A partir do conceito de “autocracia burguesa” e a análise sobre a orientação reacionária da classe dominante brasileira, pretendemos demonstrar como os aportes teóricos de Fernandes nos auxiliam a compreender o recrudescimento da autocracia sob o Governo Bolsonaro.

Para tal empreitada, em primeiro lugar, iremos analisar as formulações do sociólogo paulistano sobre o modo autocrático de realização do capitalismo na periferia presentes na obra *A Revolução Burguesa no Brasil*. Em seguida, faremos uma análise sobre a conjuntura brasileira a partir de 2013, examinando como as classes médias – sob os efeitos da crise neoliberal – se engajaram em movimentos de massas mobilizadas por discursos fascizantes, utilizando como ferramenta analítica a concepção de “socialização autocrática”.

Por fim, demonstraremos como os diagnósticos apontados por Florestan nos ajudam a compreender como o governo Bolsonaro representa um momento em que a autocracia burguesa – em meio a uma crise hegemonia – recorre a um movimento neofascista para garantir a contrarrevolução preventiva, representando desta forma, o recrudescimento do caráter autocrático da nossa formação social.

***Marxismo e psicanálise:
um diálogo necessário em tempos sombrios***

José Adilson Filho

adilsonhistory@gmail.com

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Esta comunicação pretende discutir como o diálogo e certas interações entre o marxismo e a psicanálise podem, na medida do possível, contribuir para a ampliação do saber histórico, sobretudo, no que tange à condição sócio histórica criada com o desfraldar do capitalismo e da vida moderna. Antes disso é preciso pensarmos nas características e singularidades de cada um desses campos, suas diferenças, suas oposições e tensões, para daí avançarmos na busca de alguns pontos comuns que podem ser articulados a fim de possibilitar leituras mais densas das relações sociais e culturais, principalmente aquelas inscritas no que chamamos de Tempo Presente, geradas sob o signo do capitalismo neoliberal e do neofascismo.

Eixo Temático n. 5

Imperialismo: crise, conflitos, resistências

(Coord.: Carlos Zacarias Sena Jr. – UFBA; Virgínia Fontes – UFF)

zacasenajr@uol.com.br ; virginia.fontes@gmail.com

Quarta-feira, 30 de novembro – 8h30 às 12h

[https://youtu.be/ 8jpeG72All](https://youtu.be/8jpeG72All)

A construção do imaginário do negro no Império Português: reflexões sobre raça, trabalho e imperialismo (1894-1926)

Elizabeth Silva Ribeiro Lucas

elizabethlucas2223@gmail.com

Universidade Federal Fluminense (UFF)

O presente trabalho busca analisar como as percepções dos legisladores portugueses sobre as populações negras africanas de suas colônias foram utilizadas para justificar a criação de legislações que respaldaram juridicamente a compulsão ao trabalho e a punição de crimes com trabalho. Nesse cenário, busca compreender como as perspectivas portuguesas sobre raça e sua utilização para defesa da obrigação do trabalho aos africanos se insere em um contexto de transformações do capitalismo quando este adentra sua fase imperialista, assim pretende considerar o colonialismo português como parte do cenário transnacional de dominação colonial europeia. Para isso, o recorte escolhido se estende do ano de 1894, em que foi aprovado o Regimento da Administração das Províncias Ultramarinas, documento que marca a abertura de um período de construção de leis específicas para os considerados não ou menos civilizados, ao ano de 1926, no qual se publica o Estatuto Político e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique que objetiva aprofundar esse processo de especialização.

Diálogos teóricos sobre a violência e a dominação do “outro”: o caso do Contestado

Cainã Paulino Oliveira

caina.email2@gmail.com

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Este artigo se insere no debate sobre dominação e violência por parte das forças repressivas no Movimento do Contestado que se desenrolou no Oeste Catarinense entre 1912 – 1916. Com o objetivo de ampliar o quadro teórico e metodológico para se compreender o problema, buscamos relacionar autores e categorias de análise, com as abordagens marxistas para os conflitos geradas pelo colonialismo e imperialismo europeu entre os séculos XIX e XX. Trata-se de um estudo bibliográfico, se apoiando sobre fontes documentais que exprimem as noções de dominação, civilização, selvagem e progresso. Estas noções serão abordadas como condutoras das necessidades materiais que desenrolaram no conflito que massacraram a população sertaneja. Tais compreensões, vão ter fundamentos científicos, teóricos e metodológicos, que os pensadores da virada do século formularam para justificar a necessidade de dominação e civilização daqueles que estes compreendiam enquanto “selvagens” e “bárbaro”.

O conceito de imperialismo em Trotsky e os trotskistas brasileiros nos anos 1945-48

Ícaro Rossignoli

icarorossignoli@gmail.com

Universidade Federal Fluminense (UFF)

O imperialismo, como forma das relações entre Estados no contexto de domínio do capital, é tema chave para os marxistas desde o início do século XX, tendo passado por diferentes abordagens. As questões internacionais são um dos elementos que mais impactam na história das organizações marxistas que se reivindicaram internacionalistas. Esta comunicação abordará a visão dos trotskistas brasileiros do Partido Socialista Revolucionário (PSR) sobre essa questão no período da redemocratização brasileira após o fim do Estado Novo e no início do chamado “período democrático” da história brasileira, entre 1945 e 1948. Tal período é fecundo de debates políticos e teóricos na sociedade brasileira, e foi o momento no qual o imperialismo norte-americano estabeleceu sua hegemonia pelo globo. O imperialismo passou por novas abordagens, que culminariam, no pensamento marxista, com as teorias da dependência. Tomaremos como plano de fundo os debates clássicos do marxismo do início do século XX (Lenin, Luxemburgo, Bukharin, Trotsky), dando destaque a este último por seu papel na constituição da Quarta Internacional, da qual o PSR era seção. Analisaremos principalmente a argumentação dos trotskistas brasileiros no jornal “Orientação Socialista”, publicado entre 1946 e 1948, e sua abordagem em comparação à do Partido Comunista do Brasil (PCB). Desejamos também explicitar como as visões do PSR sobre o mundo pós-guerra afetaram sua prática política, incluída aí sua relação com as outras organizações da classe trabalhadora brasileira, sua localização na política nacional, e seus fins declarados.

Expansão e acumulação capitalista: o Extremo Sul da Bahia nos anos JK

Laís Assunção Moreira

laismoreira8@hotmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

O presente trabalho tem como objetivo relacionar as questões do território trazidas por David Harvey no texto “A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista” com o processo de desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia nos anos de governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). Sendo assim busca-se tratar a partir da compreensão das características do governo Kubitschek e das transformações ocorridas no Extremo Sul baiano durante esses anos, como essas dinâmicas se relacionam com uma nova fase do processo de acumulação para a expansão e aprofundamento do modo de produção capitalista, discussão levantada por Harvey ao tratar das transformações ocorridas nos territórios mediante a lógica do capital.

Quinta-feira, 01 de dezembro – 8h30 às 12h

<https://youtu.be/o3wAaKQGhKU>

A Guerra Fria por meio dos discursos políticos de John Kennedy e Fidel Castro

Thais Rosalina de Jesus Turial

thais.turial@aluno.unb.br

Universidade de Brasília (UnB)

A presente comunicação consiste em um esforço analítico que visa compreender a importância que conceitos como democracia, liberdade e soberania assumiram em meio às disputas político-ideológicas da Guerra Fria. O objetivo principal é delinear as reatualizações e instrumentalizações de que esses conceitos foram alvos em favor da agenda política de Cuba e dos Estados Unidos. Inicialmente, será discutido o papel reivindicado pelos Estados Unidos enquanto “Estado protetor da liberdade”, a tônica é observar como se dava essa afirmação no plano das ideias e o quanto ela tinha correspondência no plano prático das ações. Em seguida, a investigação é direcionada ao caso cubano, tendo como objetivo entender os fundamentos, as estratégias e as tensões derivadas da defesa do socialismo enquanto um sistema democrático. A investigação está ancorada, sobretudo, nos discursos de John Kennedy e Fidel Castro, proferidos entre 1961 e 1962. À vista disso, acredita-se ser possível identificar a diferença da natureza desses conceitos na interpretação dos dois líderes com base nos sistemas que representam, bem como evidenciar as discrepâncias que possivelmente

existem entre a defesa deles no plano filosófico e a práxis real político-diplomática dos dois governos durante a Guerra Fria.

***Golpe brando no Brasil:
da instabilidade nacional à contínua submissão econômica estadunidense***

Tamires Maia Araújo

tmaia.a@yahoo.com

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

A reivindicação abstrata de liberdade e democracia, fenômeno derivado da Guerra Híbrida, palco para crescentes incertezas políticas no Brasil exacerbado nos últimos sete anos de agitações ditas suprapartidárias, evidenciam o golpe brando. Nota-se um padrão na atitude das intervenções estadunidenses, que convulsiona sociopoliticamente a nação de seu interesse para impor sua agenda econômica. Conhecidas como Revoluções coloridas, elas têm acontecido de modo mais intenso a partir do século XXI, na América Latina é apontada como Golpe Brando e no Brasil considerado como o Golpe Branco. Nessa Guerra de 4ª Geração ou Guerra Híbrida, as agitações são propagadas com a ajuda da grande imprensa, além das organizações, entre os grupos, serem feitas pelas redes sociais para agregarem pessoas. O objetivo é discutir as atuações cada vez mais acentuadas, com enredos extensos e desfecho devastador aos povos dos países afetados, em especial, o Brasil que teve sua estrutura política, jurídica e social afetadas. A análise das novas formas de guerra, consideradas não violentas, por meio da pesquisa bibliográfica e do Materialismo Histórico Dialético, procura evidenciar as lutas travadas a partir das armas de interferências psicológicas, sociais, econômicas e, sobretudo, políticas, qualificadas como eficazes para derrubar governos de tendências progressistas e, particularmente, anti-imperialista.

***A atuação da APAEB na expansão capital-imperialista brasileira
(1993-2012)***

Cleidiane de Oliveira Lima Dias

limacleidiane080@gmail.com

Professora da Rede Municipal de Taperoá - BA

A Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) foi fundada em 2 de julho de 1980 com filiais e sede em cinco cidades baianas e com o apoio financeiro da organização católica alemã MISEREOR. Até pelo menos a nona reformulação do estatuto em 2009, a APAEB se autodenominava como uma entidade sem fins lucrativos, um “empreendimento filantrópico”, tendo como uma de suas principais finalidades organizar os pequenos agricultores e prestar assistência

técnica e/ou econômico-financeira aos seus associados que, em Valente, já viam se organizando por meio das Comunidades Eclesiais de Base e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ao longo dos anos sua malha de atuação extrapolou as intenções para a qual foi fundada e se diversificou, principalmente na primeira década dos anos 2000 quando intensificou sua atuação em projetos de cunho econômico, avançando nas áreas de educação, comércio, meio ambiente, cultura e meios de comunicação, além de passar a atuar na elaboração de políticas públicas voltadas, principalmente, para benefício direto dos pequenos agricultores e/ou trabalhadores rurais. Tendo em mãos uma vasta documentação interna da própria APAEB, é possível observar que os projetos eram financiados por instituições estrangeiras em sua maioria, principalmente estadunidenses e alemãs. Além de contar com o apoio econômico internacional e apesar de defender o apartidarismo desde seu nascimento, a APAEB em Valente estreitou seus laços com partidos políticos oficiais, sobretudo com o Partido dos Trabalhadores (PT), seja mediante altas doações de recursos num contexto histórico de profunda crise econômica da entidade entre 2007 e 2008 ou quando seu principal líder foi eleito como prefeito do município em 2012 pelo mesmo partido. Assim, buscaremos demonstrar a atuação da APAEB enquanto um aparelho privado de hegemonia empresarial (APHE), através de ações em diversos setores de atividades e seus principais sustentadores que se deu por, pelo menos, dois caminhos distintos: mediante sua subordinação estrangeira, bem como por meio de sua vinculação com o Estado, a partir do campo teórico de classe e lutas de classes. A hipótese é que associação em investigação foi forjada pela luta da classe trabalhadora rural e se transformou em APHE funcional para a classe dominante quando passou a atuar enquanto empresariamento de novo tipo que está “lastreado em forte concentração capital-imperialista que simultaneamente precisa contar com a adesão das massas populares nacionais (...), com vistas à sua expansão (...), e fomentar a extração de sobretrabalho, renovando modalidades tradicionais de exploração”.

Imperialismo “neoliberal”: o pós-moderno como arma ideológica do capital

Maynara Andrielly Silva Santos

maynarasantos13@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Neste trabalho, me apoio na concepção de imperialismo de Lênin como domínio do capital financeiro para pensar rupturas e continuidades deste fenômeno frente as determinações histórico-sociais contemporâneas, levando em conta o domínio do neoliberalismo como forma de organização do modo de produção capitalista sob bases flexíveis de acumulação de capital. Busco alicerce nas teorizações de Harvey sobre o neoliberalismo enquanto reestruturação flexível e altamente financeirizada do capital e, em especial, sobre a condição pós-moderna em que as inovações técnicas e tecnológicas operam para a manutenção material e ideológica do capital globalizado. Para adentrar os terrenos do pós-moderno, me aproprio das contribuições de Jameson sobre o pós-modernismo enquanto lógica cultural do capitalismo contemporâneo. Assim, pretendo evidenciar alguns desdobramentos políticos desse processo nas lutas contemporâneas do trabalho contra o capital, a

exemplo da institucionalização e mercantilização de demandas sociais concretas (política de identidade e luta por direitos), que implicam o esvaziamento de conteúdo revolucionário dessas lutas e sua espetacularização estética a fim de transformá-las em mercadorias - abstraindo símbolos culturais e lutas históricas à imagem e semelhança do dinheiro, como evidenciarei através de fontes imagéticas que são índices do marketing utilizado por empresas como Magazine Luiza e Natura na construção de uma “imagem” positiva – inclusive entre segmentos/grupos de esquerda - na busca de ofuscar no âmbito das aparências aquilo que realmente significa em essência.

Eixo Temático n. 6

Intelectuais, hegemonia e cultura

(Coord.: Aruã de Lima – UFAL; Eurelino Coelho – UEFS)
arualima@gmail.com ; eurecoelho@uefs.br

Terça-feira, 29/11 – 8h30 às 12h
<https://youtu.be/rM--rx1ayUk>

Eric Hobsbawm e a sina do historiador público

Marcos Roberto Pirateli

marcospirateli@hotmail.com

Universidade Estadual do Paraná (campus de Paranavaí)

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre a função social e a sina da profissão do historiador público em Eric Hobsbawm (1917-2012) a partir do seu *Sobre História* (1997). Para Hobsbawm, é dever de ofício historicizar o passado e a memória, o que implica em desconstruir mitos nacionais, tradições, etc.; é seu papel combater os usos e abusos do passado para que a História não se torne matéria para a ideologia. Essa luta pelo passado, que dinamiza de forma dialética a ciência do real (História) e engajamento (exercício intelectual), vai além da mera efeméride ou memorialismo de um passado desejável ou tido como satisfatório, o que se busca é o conhecimento histórico, independente de consenso e simpatia. Hobsbawm tinha consciência da impopularidade do historiador intelectual, no entanto, isto não deveria ser impeditivo do seu exercício público, ao contrário, defendia como obrigação a disputa e desmistificação do passado em meio à opinião pública. A retomada deste historiador marxista para a reflexão desta temática é importante na medida em que a história pública – área com pesquisas e debates ainda recentes no Brasil – busca sua consolidação, logo, é também um espaço de disputa para a historiografia marxista. Enfim, Hobsbawm é tomado como ponto de partida para se pensar a responsabilidade pública do historiador.

Hannah Arendt contra o diabólico Karl Marx

André Luis de Souza Alvarenga

prof.andre1305@gmail.com

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Tendo por premissa a ideia de que toda a história é, em última instância, o desenvolvimento material dos indivíduos no intercurso de suas relações sociais, das quais a memória social funciona como parte substantiva da ideologia na representação da história, esta tese investiga a posição de Hannah Arendt acerca de Karl Marx, que se vincula ao modo como a pensadora concebe a memória social. Enquanto categoria genuinamente histórica, a memória social encontra uma lacuna analítica que pode ser preenchida com uma análise proveniente da teoria crítica marxista. Doravante, esta tese pôde identificar que um dos alvos proeminentes do pensamento de Arendt é a filosofia marxiana, e isso se deve ao fato de que a pensadora procura ressignificar a memória social partindo de uma adulteração do pensamento de Marx. Por meio de um suposto exame genealógico do pensamento político ocidental, no qual a filosofia marxiana se inclui, Arendt chega ao entendimento de que o designado totalitarismo, conceito depreciativo que, nas suas obras, corresponde às práticas políticas do nazismo e do stalinismo, é a exata ruptura com o Estado nacional. É desse modo que Arendt busca sustentar, tautologicamente, um vínculo causal entre a filosofia marxiana e o totalitarismo. A exposição de Arendt a respeito da obra de Marx é uma virtual distorção deliberada da teoria marxiana, e se coaduna ao seu construto filosófico geral. Em razão disso, o fio condutor desta tese é a exposição do caminho que Arendt percorre para atingir a filosofia marxiana. Nesta tese, o pensamento de Arendt é analisado em seu conjunto autossignificativo, justamente em meio ao processo histórico-imanente que lhe dá relevância enquanto ideologia. De modo que esta tese caminha em sentido contrário às teses mais circunscritas que usualmente podem ser observadas sobre Arendt, cujo conteúdo apologético não permite divisar a função social da sua ideologia, nem mesmo a consonância desta com a categoria da memória social.

***Racismo, Eugenia e Identidade Nacional:
o papel social dos intelectuais do Serviço de Higiene Mental em Pernambuco
(1932-1936)***

Demetrius Antônio Prysthon Chesman
demetrius.prysthon@academico.ufpb.br
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

O objetivo do Artigo é analisar o papel dos intelectuais ligados ao Serviço de Higiene Mental. Projeto de controle social que surge com objetivo de solucionar os fatores “degenerescentes da raça” na sociedade pernambucana, através de políticas psicoeducativas dentro e fora das instituições manicomiais. Serão analisados os textos dos Boletins de Higiene Mental (folhetos de divulgação científica das pesquisas do SHM) para entendermos o papel social desses intelectuais no contexto local, as aproximações e contradições com o processo de formação da identidade nacional na década 1930. utilizaremos como aporte teórico conceitos de Antonio Gramsci, considerando a centralidade de seu pensamento no campo da história intelectual, no qual, o intelectual como detentor do princípio educativo na sociedade capitalista, cumpre a função de organicidade da cultura e difusão da ideologia da classe a qual está ligado. Gramsci, atribuiu aos intelectuais orgânicos um papel central na manutenção da hegemonia, seus apontamentos teóricos são basilares para compreender

o processo de transformismo das antigas oligarquias nas novas elites urbanas no início do século XX no Brasil, período de atuação do SHM.

Economia moral: reflexões a partir de Thompson e Gramsci

Fernando Cauduro Pureza

fcpureza@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

A formação do conceito de “economia moral” e seu aprumo na obra do historiador inglês E.P. Thompson tornam ele central para as pesquisas de História Social vista de baixo. Contudo, leituras como a do sociólogo Charles Tilly tendem a atribuir a ideia de “economia moral” a uma realidade pré-capitalista, perdendo de vista desigualdades estruturantes do modo de produção capitalista e sua própria disseminação combinada. Dessa forma, proponho aqui uma releitura acerca do conceito de “economia moral” intercalando uma concepção gramsciana de “senso comum”. Assim, entendendo a ambiguidade inerente da construção de uma hegemonia, a “economia moral” não emerge apenas como algo específico de uma realidade não-capitalista, mas sim como pulsão em realidades capitalistas periféricas, adquirindo inúmeras formas políticas que permitem integrar dinâmicas locais amparadas no costume com movimentos de ordem global do capital.

A ênfase da fome em obras artísticas e as políticas assistencialistas no Brasil a partir da História Social

Camila Sousa de Sena Araújo

camilasenaaraujo@hotmail.com

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Morrer de fome é algo amedrontador para uma grande parcela da população brasileira há muitos anos, sendo uma problemática abordada em obras artísticas como músicas, pinturas e livros. A volta do Brasil ao mapa da fome em 2022 caracteriza um momento peculiar para o povo brasileiro e, portanto, no presente artigo busco refletir a partir de uma investigação histórica os processos refletidos em obras específicas de Cândido Portinari, Carolina Maria de Jesus e entre outros, mas também como a fome é discutida no âmbito de políticas públicas assistencialistas. Compreendo deste modo que a escrita da história social não pode negligenciar os reflexos econômicos na produção cultural e artística, pois através da história é possível responder questões complexas da nossa sociedade.

Eixo Temático n. 7

Educação, projetos sociais e lutas de classes

(Coord.: Adriana Farias - UEL; Marco Lamarão - IFF)
adrianafarias@uel.br ; marcolamarao@gmail.com

Quarta-feira, 30/11 – 8h30 às 12h
<https://youtu.be/qNfHYsaoWus>

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira: pressupostos e estratégias para a ampliação do Mercado das Edtechs na Educação Pública

Patricia Ferreira Duarte
pduarteufjf@gmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) se autodenomina uma associação sem fins lucrativos que visa uma “transformação sistêmica” na educação a partir do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS). Fundado em 2016, atingiu o status de parceiro técnico do MEC um ano depois, ainda no governo Temer, a partir da elaboração do Programa Educação Conectada. A ascensão de Bolsonaro aliada à pandemia de COVID-19, possibilitou à classe dominante aquecer o mercado das Edtechs e “faturar milhões com o ensino remoto” (SASAKI, 2020). Essa ampliação contou com uma ativa atuação do CIEB, que expandiu iniciativas empreendidas junto às escolas públicas brasileiras, secretarias estaduais e municipais, além do próprio MEC. Tendo isto em vista, este trabalho se propõe a investigar e apresentar os princípios que unificaram diferentes aparelhos privados de hegemonia (APHs) da classe dominante em torno da fundação CIEB. O referencial teórico da pesquisa, de caráter qualitativo de tipo documental, se assenta sob o materialismo histórico-dialético e sob a compreensão do Estado Integral como ferramenta teórica e metodológica. Assim, foram compilados dados a partir dos documentos oficiais da organização entre anos de 2016 e 2017, identificando as agências que se tornaram mantenedores ou parceiros, além dos intelectuais orgânicos envolvidos nesse processo.

Uma análise sobre as pesquisas do Instituto Península durante a pandemia de COVID-19

Raphael Mota Fernandes
phaelmota@gmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

O presente artigo visa apresentar a investigação inicial sobre a atuação do Instituto Península (IP) - ramo de intervenção na educação da família Diniz (fundadores do Grupo Pão de Açúcar e do Península Participações) - durante a pandemia de COVID-19, quando o IP realizou uma série de pesquisas com professores através da sua plataforma Vivescer sobre o uso do ensino remoto, afastamento e retorno ao ensino presencial entre outras. Em nossa investigação utilizamos como instrumento de análise e referencial teórico os conceitos gramscianos de Estado integral e seus Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), relacionando com os estudos de Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos e Lúcia Maria Wanderley Neves para entender a atuação do APH Península em sua intervenção na educação no período pandêmico.

Livro didático e formação docente: reflexos da literatura africana e afro-brasileira de autoria feminina na contemporaneidade

Rodrigo Nunes de Souza

nunes-rodrigo@hotmail.com

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

O presente artigo traça uma leitura da inserção das Literaturas africanas e afro-brasileiras de autoria feminina no livro didático e na formação docente, levando em consideração a atuação de uma profissional da área na educação básica. Nosso intuito é observar que, na sua formação embasada em um olhar para escritoras já consideradas canonizadas, as produções de cunho africano passam despercebidas, já que, de acordo com suas posições, o material didático disponibilizado também não engloba produções literárias que, de acordo com a Lei 10.639/03, deveriam fazer parte das suas aulas diárias. Dessa forma, problematiza-se como a Literatura modernista contemporânea se sobressai quando se trata de textos africanos e afro-brasileiros na escola.

Movimentos sociais e colaboração do pensamento de Paulo Freire para frear avanço neoliberal

João Camilo Sevilla

joaocevilla@hotmail.com

Fundação Pública Municipal de Educação de Niterói

Este trabalho pretende tecer considerações sobre movimentos sociais, buscando apresentar a contribuição de múltiplos autores sobre a conceituação destes movimentos para compreender o cenário hodierno. Entende-se que a compreensão do significado e da origem dos movimentos sociais presta serviço para a análise dos acontecimentos atuais no mundo, sobretudo no Brasil. Para além

das contribuições de diferentes pensadores acerca do que são movimentos sociais, o presente trabalho se dedica a alargar o campo da análise para identificar movimentos sociais considerados progressistas que impactaram o cenário político-social brasileiro a partir da última metade do século XX. Observa-se que movimentos sociais que surgiram no Brasil no último século têm a colaboração do pensamento freireano. Objetiva-se, também, entender a relação que se estabelece entre Paulo Freire e diferentes organizações originadas em nosso território nas últimas décadas. Para além dessas questões, a discussão sobre os desafios dos movimentos sociais no Brasil frente à onda neoliberal é um tema sobre o qual se fazem necessários comentários.

Eixo Temático n. 8

Poder, Dominação e Resistência nas Sociedades Antigas, Medievais e Modernas

(Coord.: Eduardo Daflon - UFF; Mário Jorge Bastos - UFF; Thiago Magela - UNEMAT)
ec.daflon@gmail.com ; velhomario@gmail.com ; thiago.magela@unemat.br

Terça-feira, 29/11 – 8h30 às 12h
<https://youtu.be/p3jQp-PweDE>

Estado e comunidade nas sociedades pré-capitalistas – uma proposta teórica a partir do jovem Marx

José Ernesto Moura Knust
zeknust@gmail.com

Instituto Federal Fluminense (IFF)

Este texto apresentará uma proposição de abordagem teórica para a questão do Estado pré-capitalista tendo por ponto de partida algumas das primeiras obras de Karl Marx. Filha dos Estados-Nação do século XIX, a História têm até hoje na figura fantasmagórica do Estado uma espécie de sujeito da História mal-formulado. Essa má formulação acaba fazendo as compreensões sobre os estados pré-capitalistas girarem em torno de uma aplicação anacrônica do entendimento do que é um Estado-Nação moderno para as organizações políticas do passado. Dialogando com algumas tradições teóricas e historiográficas que buscaram reverter esse estado de coisas, buscarei neste texto formular um conjunto de conceitos e modelos explicativos que permitam pensar a relação entre Estado e sociedade de maneira específica para os contextos pré-capitalistas. Para tanto, mobilizarei algumas passagens da obra do jovem Marx.

Notas sobre as formas que precederam a sociedade capitalista dos Grundrisse e a centralidade do valor

Paulo Henrique Furtado de Araujo
phfaraujo@id.uff.br

Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Mariana Pacheco de Araujo

mparaujo@id.uff.br

Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica da
Universidade Federal Fluminense - GEPOC-UFF

Sustentamos que a instauração da teoria do valor por Marx é um marco na constituição do pensamento propriamente marxiano. Os manuscritos de 1857-58, conhecidos como *Grundrisse*, são a primeira expressão da crítica ontológica da economia política feita por Marx. Decorre que, em nosso entendimento, ao tratar, nesse manuscrito, das formas sociais que precedem à sociedade capitalista, o autor germânico já se afastara da centralidade, até então atribuída, à forma jurídica da propriedade na explicação da dinâmica social de toda a historicidade do ser social. Em outras palavras, Marx já vislumbra que na sociedade do capital há uma essência (valor) que é permanência na mudança e que se modifica na quantidade e não na qualidade e que, ao mesmo tempo é a forma específica da riqueza, forma de dominação social específica da sociedade capitalista (dominação abstrata), forma social automediadora e médium social (o que permite o laço social indireto entre os produtores) . Essa substância só existe socialmente no interior de um inexorável processo de autoexpansão que é nomeado por Marx como capital. Capital, desse modo, revela-se um constrangimento lógico que em seu nível mais crucial independe da forma jurídica da propriedade para se efetivar no mundo humano.

As lutas de classes na transição da Antiguidade à Idade Média

Mário Jorge da Motta Bastos

velhomario@gmail.com

Universidade Federal Fluminense (UFF)

A proposição central desta apresentação consiste na abordagem das manifestações dos conflitos e lutas sociais que pautaram o período da gênese da formação social feudal ibérica entre os séculos IV e VIII, no contexto mais comumente designado como o da transição da Antiguidade à Idade Média na Hispânia romana e, em seguida, visigótica. Centrada na análise de uma base documental diversa, que engloba fontes de natureza jurídica, como a legislação civil, narrativas, como crônicas, hagiografias e uma autobiografia, e eclesiástico-canônicas, como as atas dos concílios da Igreja, as regras monásticas, a liturgia e os tratados dogmáticos, propomo-nos a caracterizar a diversidade das formas e expressões do conflito e da luta social movida pelo campesinato em face do processo de avanço insidioso do poderio senhorial em nosso contexto e período de abordagem. Veremos, então, com João Bernardo, que os conflitos são a manifestação sensível das contradições sociais; materializam o tempo e são, por isso, o fundamento da História.

A teoria da regulação e as formações pré-capitalistas

Edilson Alves de Menezes Junior

edilson_menezes@id.uff.br

Universidade Federal Fluminense (UFF)

O campo de teoria marxista do Estado tem sido, nos últimos anos, uma área especialmente fértil de proposições analíticas e teóricas. Entretanto, caracteriza boa parte dessas reflexões a centralidade das formações capitalistas e, em boa medida, uma parca comunicação com as pesquisas relacionadas ao pré-capitalismo.

O desconhecimento das formações políticas pré-capitalistas, no geral, pende os autores dedicados a realidades contemporâneas a supor uma profunda e irrestrita originalidade histórica do capitalismo; ainda que não seja em si um equívoco o acentuado contraste, perde-se de vista as continuidades do processo histórico. A presente comunicação tem por objetivo debruçar-se sobre as potenciais relações analíticas e teóricas entre a teoria da regulação, como é concebida por esses intelectuais, e as configurações pré-capitalistas, sobretudo quanto ao período medieval.

As mulheres na sociedade romana tardia: reflexões sobre o cristianismo e o patriarcado a partir da Teoria da Reprodução Social

Márcia Santos Lemos

marcia.lemos@uesb.edu.br

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

O cristianismo é uma forma ideológica que atualiza a aparência fenomênica do patriarcado no Império Romano. A Igreja cristã formulou ideias, projetou símbolos e normatizou comportamentos, contribuindo com a legitimação de uma reprodução societal organizada em torno da autoridade masculina. Nesta perspectiva, o cristianismo justifica uma relação de dominação dos homens sobre as mulheres, vela, esconde, inverte e apresenta o particular como universal, produzindo uma consciência social alienada, pois oculta as determinações materiais e naturaliza relações hierárquicas e desiguais, tornando-as inquestionáveis sob a perspectiva da doutrina. No sentido de verificar como aquilo que foi determinado tornou-se uma determinante na sociedade romana tardia, emprega-se a Teoria da Reprodução Social para analisar o amálgama entre cristianismo e patriarcado a partir das formulações da Patrística, em especial na obra de Agostinho de Hipona.

Participação feminina da economia familiar urbana e invisibilização do trabalho feminino na Idade Média

Renata Rodrigues Vereza
renata.vereza@gmail.com

Universidade Federal Fluminense (UFF) - Translatio Studii/Niep

Os estudos sobre o mundo do trabalho urbano na Idade Média dividem-se, em grande parte, em abordagens antagônicas. Por um lado, temos vários estudos que se centram somente no universo masculino, tomando o homem (o burguês, vendedor, o trabalhador...) como indivíduo universal que compreenderia a realidade dos dois gêneros, negando as particularidades do universo do trabalho feminino e suas implicações sócio econômicas e familiares. Por outro, diversos estudos, na intenção de se contraporem à essa visão, ao identificarem a presença feminina em múltiplas atividades tendem a afirmar uma anacrônica autonomia feminina e uma pretensa igualdade de condições, desconsiderando igualmente as particularidades acima mencionadas. Mais recentemente, com o desenvolvimento da Teoria da Reprodução Social e com o avanço de trabalhos que buscam articular os conceitos de trabalho produtivo e trabalho reprodutivo tem sido possível refletir de forma mais acurada sobre a imbricada realidade feminina no universo laboral medieval e seu peso na economia urbana.

Estudo da produção acadêmica brasileira sobre as mulheres no medievo ibérico (Séculos X ao XV)

Maila da Silva Gomes Aguiar
mailaaguiar2@gmail.com

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Tendo em vista a recente consolidação da História das Mulheres, característica que se estende aos estudos sobre “o feminino” no medievo, a presente pesquisa buscou fazer um levantamento, mapeamento do campo e estudo analítico sobre a produção acadêmica no Brasil, entre os anos 2001 a 2021, sobre as mulheres na Península Ibérica dos séculos X ao XV.

A análise foi feita a partir de duas teses de doutorado e treze dissertações de mestrado, localizadas nos bancos de dados dos Programas de Pós-graduação *Scripto Sensu* em História e no Catálogo de Teses da Capes. Portanto, o corpus desta pesquisa é constituído pelo conjunto dessa produção disponível nas Plataformas referenciadas. Buscamos identificar nas fontes como as categorias gênero, mulheres e patriarcado, articuladas pelas correntes historiográficas, foram utilizadas por cada autor/a. Como aporte teórico metodológico, esta pesquisa emprega o Materialismo Histórico e Dialético para analisar os estudos sobre as mulheres ibéricas na produção acadêmica brasileira nos últimos 20 anos.

As mulheres no Reino Visigodo: entre a insubmissão e o controle nos séculos VI e VII

Claudia dos Santos Ferraz
denaferraz44@gmail.com

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

A partir da análise das atas conciliares hispano-visigóticas dos séculos VI e VII e balizado pelo Materialismo Histórico e Dialético, pretendemos desenvolver uma investigação que permita apreender os atos de insubmissão das mulheres no Reino Visigodo. Nesta perspectiva, busca-se compreender o processo de controle do feminino pela Igreja Cristã. Para tal, utilizaremos o conceito de amálgama conjugal formulado pela antropóloga e feminista materialista Paola Tabet. O conceito em questão depreende, de modo geral, um conjunto de atribuições – trabalho doméstico, procriador, sexual e emocional – desempenhado pelas mulheres no domínio cotidiano. Nesse sentido, articulamos a categoria analítica “amálgama conjugal” com a concretude do Reino Visigodo, buscando entender as contradições e conflitos que caracterizaram o complexo do Patriarcado naquela sociedade.

Quarta-feira, 29/11 – 8h30 às 12h
<https://youtu.be/Mk4T1YF8 Mk>

Aspectos introdutórios sobre a escravidão durante o Período Viking (séculos VIII-X)

Caio de Amorim Féo
caiofeo@id.uff.br

Universidade Federal Fluminense (UFF)

A historiografia especializada na Escandinávia medieval, denominada de escandinavística, aparenta não possuir interesse na temática da escravidão do mesmo modo que manifesta para com a religião nórdica antiga, o desenvolvimento das cidades ou as múltiplas interações do que se denomina “expansão nórdica”, durante o Período Viking. Apontar as razões desse desinteresse seria bastante complexo, e seguir uma linha de raciocínio que aponte para a ausência de referências de época para os cativos seria ignorar suas múltiplas manifestações nas fontes, especialmente as externas, mas também internas à Escandinávia. Pretendemos, com a presente comunicação, dar voz a um tema pouco explorado, sendo guiados pelas ocorrências das expedições de pilhagem ocorridas entre os séculos VIII-X, a inserção dos chamados vikings em um comércio global de escravos e, por fim, traçar

de forma introdutória algumas considerações sobre a relação interna da sociedade escandinava do Período Viking com o emprego de escravos.

***“Dos tais aforamentos se podem seguir ao progresso e aumento da lavoura”:
Exploração do campesinato e dominação senhorial na Baixa Idade Média
portuguesa***

Matheus Bastos Tarjano Santos

matheustarjano@gmail.com

PPGH-UFF; CCCP-Prék; Translatio Studii

Esta comunicação consistirá em um estudo do enquadramento dos incultos no modo de produção feudal com o intuito de identificar as possibilidades factíveis dos usos dos incultos pelo campesinato – como o trabalho realizado nessas áreas para a própria subsistência, seja no consumo imediato ou através da comercialização de seus frutos, ou mesmo como locais de amortecimento da exploração senhorial e até mesmo locais de fuga da classe servil. Nesta exposição, buscarei avançar a hipótese de que há uma tendência do avanço do cultivo cerealífero na sociedade medieval portuguesa, tendo como um dos expoentes desse processo o avanço das áreas cultiváveis sobre áreas bravias como resultado de um impulso necessário para o aumento das taxas de exploração e para a reafirmação da dominação e controle dos corpos camponeses por parte da classe senhorial.

Estudos medievais e Estudos Subalternos: Entrelaçando os debates

Thiago Pereira da Silva Magela

thiago.magela@unemat.br

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Os Estudos medievais são perenemente marcados por um conjunto de abordagens centradas nas classes dominantes. Os subalternos nestas narrativas clássicas eram apenas coadjuvantes ou espectadores do processo histórico. Aos camponeses sequer era concedida qualquer capacidade de ação que não fosse uma resistência fracassada ao avanço das tendências senhoriais.

Assim se consolidou um modelo interpretativo da História medieval que ignorava as estratégias camponesas diante das transformações sociais dos séculos Baixo medievais. Apesar da renovação historiográfica promovida pelo giro cultural, os subalternos, em especial, os camponeses seguiram sendo idealizados como pacíficos, ordeiros e passivos.

No entanto, nos últimos vinte anos, a historiografia foi impactada pelos estudos pós-coloniais e os estudos subalternos que têm promovido uma ampla revisão das interpretações clássicas sobre o passado. Esta apresentação se insere nesta tentativa de questionar o lugar dos subalternos nos processos de complexificação social ocorridos em finais da Idade Média.

Conflitos, Resistências e Enquadramentos Aristocráticos em uma Cidade Baixo-Medieval. Um cenário de Évora no século XIV

Paulo Henrique Ennes de Miranda Eto

Pauloennes@id.uff.br

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Pretendo na vigente comunicação, introduzir em um primeiro momento, as estruturas que conformavam as relações de poder e trabalho no contexto urbano baixo-medieval português. A fazer desse modo, uma aproximação à perspectiva corporativa, senhorial e hierárquica que balizava essas relações no espaço urbano medieval. Assim, recorro a uma análise de caso que tem por base um Livro de normas urbanas expedidas pelo concelho de Évora -mecanismo de controle e ordenamento redigido pela elite dirigente- nos finais do século XIV, o Livro das Posturas Antigas de Évora.

Estas disposições governativas denominadas “Posturas” eram redigidas na premissa de se exercer o “bom regimento” sob o olhar do senhorio coletivo local. Com isso, essas se desdobravam em várias temáticas específicas, como a salubridade urbana, a arregimentação disciplinante do trabalho mesteres, artesãos, rendeiros, lavradores e volviam da mesma forma para a preservação e afirmação dos meios de produção e extração dos círculos de proprietários: vinhas, gado, e prados, e florestas, etc. Essas posturas impunham em seu léxico penas pecuniárias e a cadeia a ações de resistência ou banditismo daqueles que por conduta “pérfida” ou por “malícia”, desobedeciam às normas exigidas.

Uma vez versadas tais questões, busco mobilizar na apresentação, o conflito social com qual se efetiva nas letras vinda dessa documentação, trazendo a luz os conflitos e demandas desenvolvidas entre os grupos subalternos perante o enquadramento da Câmara do Concelho, que ora agiam com convivência, ora em resistência ao emprazamento das oligarquias urbanas. Nesse sentido, recorro-me em compreender as disputas, prerrogativas e circunstâncias disputadas na relação desenvolvida entre as várias categorias no panorama cotidiano representado pelas posturas.

Consideraciones sobre la renta como relación de dominación (Baja Edad Media occidental)

Laura Cecilia da Graca

El objetivo es profundizar sobre la renta feudal como relación de dominación de múltiples dimensiones que afecta la reproducción económica, social y política del productor directo. Se toman criterios del marxismo político para el análisis del funcionamiento estructural, como la centralidad del carácter individualizado de la apropiación, que determina formas específicas de plusvalía y de coerción, o el papel de la organización institucional frente a la pretensión señorial de excedente y servicios, aunque este aspecto debe ponerse en relación a la diferenciación social interna de las comunidades. Para evaluar estos problemas se analizan exigencias vinculadas al desplazamiento señorial a fines de la Edad Media.

***Expulsões e Resistência em Parati (1960-2020):
repertórios de conflitos fundiários***

Álvaro Mendes Ferreira

alvarofigueiro@yahoo.com.br

Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj)

Por volta de 1970, o litoral Sul Fluminense tornou-se facilmente acessível às duas megalópoles brasileiras com a abertura da Rodovia Rio–Santos. A irrupção súbita dos capitais imobiliários, ainda mais sob a Ditadura Militar, favoreceu a desarticulação, remoção e mesmo extirpação de vários assentamentos caiçaras. Pelas décadas seguintes, a região viria a ser o principal foco de conflitos fundiários no Estado do Rio.

Partindo do conceito de “repertório de lutas” de Charles Tilly, propomos compreender as razões e a eficácia das táticas que os diversos atores empregavam nas tentativas de despejo ou de permanência em função do contexto social, político e ambiental (p. ex., explicando por que o gado solto, uma tática de despejo recorrente, produzia mais efeitos intimidadores sobre os caiçaras do que sobre outros grupos rurais). Por fim, sugerimos a construção de esquemas formais que permitam a comparação com distintos contextos históricos de conflitos fundiários nos quais houve influxo súbito de capitais em zonas periféricas (p. ex., as *Highlands Clearances* de fins do século XVIII).

Aparência e essência: contribuições e interpretações a partir de uma estética marxista para a literatura medieval

Luan Lucas Araújo Morais

Segundo Antonio Candido, a “literatura” pode ser definida como uma sorte de criações artísticas de teor “dramático”, “poético” e “ficcional”, elaboradas nos mais diversos tipos de cultura e níveis de sociedade ao longo do tempo. Desse modo, admite-se a possibilidade das mais diversas manifestações literárias configurarem-se como sendo uma “necessidade universal” da humanidade em seu desejo de fabular e explicar o mundo a que pertencem. A partir desse entendimento, a presente comunicação objetiva tensionar os quadros de compreensão acerca das literaturas medievais, mediante a contribuição da estética marxista e da relação entre História e Literatura para a interpretação de fontes literárias medievais. Ademais, aventar algumas possibilidades de leitura e interpretação a contrapelo da documentação, em vias de capturar e extrair da mesma as estruturas constitutivas que não se revelam meramente na superficialidade – ou na aparência – descritiva dos fenômenos ali relatados. Por fim, buscar-se-á entender que, seguindo György Lukács, a compreensão efetiva de uma obra, sua essência e temas, é indissociável do processo geral de desenvolvimento histórico das sociedades da qual ela é produto.

As representações da escravidão na poesia éddica

Patrick Zanon Guzzo

patrickzanonguzzo@gmail.com

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Esta apresentação visa apresentar um quadro geral das representações da escravidão conforme apresentadas nos textos que compreendem a Edda Poética. Inventariar-se-á aqui as diversas formas de registros segundo as quais os autores destas composições compreendiam a condição de cativo em suas sociedades no Período viking. E como ênfase de nossa abordagem apresentaremos as considerações a respeito deste tema que estão contidas no poema éddico Os ditos de Rig (Rigsþula).

Quinta-feira, 01/12 – 8h30 às 12h

<https://youtu.be/xai4tNRiXE>

O diabo na rua, no meio do redemoinho: um debate teórico e historiográfico sobre a Balaiada a partir da obra Balaios e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja

Carlos Vicente Moraes dos Santos

carlosmoraescvm@gmail.com

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

O presente trabalho propõe-se a analisar a Balaiada (1838 - 1841) através obra *Balaios e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja* de Claudete Miranda Dias e do conceito de “banditismo social” de Eric John Ernest Hobsbawm. Busca-se responder se alguns aspectos da Balaiada podem ser compreendidos com mais acerto se analisados pela lente do conceito de “banditismo social” de Hobsbawm e quais as aproximações e distanciamentos entre o conceito de Hobsbawm e a obra de Dias. A Balaiada foi um movimento social ocorrido nas Províncias do Maranhão e do Piauí durante o Período Regencial (1831 - 1840). Majoritariamente composta pela massa de trabalhadores da população – vaqueiros, escravos, artesãos, lavradores, índios e pequenos fazendeiros – dominada e explorada por governos clientelistas e autoritários, mas que também envolveu parte da elite – Os bem-te-vis (Partido Liberal) aproveitaram-se do movimento buscando enfraquecer os cabanos (Partido Conservador), seus rivais políticos. A Regência foi um período de grande instabilidade política, marcada por revoltas, insurreições, rebeliões e motins. Tal cenário se formou partir de uma rachadura na estrutura do poder causada pela abdicação da coroa por D. Pedro I, em 1831, e a impossibilidade de seu filho D. Pedro II assumir o trono por conta de sua idade. Neste contexto, as elites – locais e centrais – entram em conflito para deslocar o centro de poder a seu favor. Durante Período a situação das províncias figurava-se tal qual um barril de pólvora prestes a detonar, no Maranhão e Piauí o estouro veio com a Balaiada. A bibliografia sobre a Balaiada é vasta, todavia a “historiografia tradicional”, grosso modo, reproduz a visão das ricas famílias proprietárias da época, muitas vezes classificando negativamente a Balaiada como um movimento de banditismo. Dias, em *Balaios e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*, busca retirar o peso negativo de banditismo da Balaiada. Sem embargo, pretende-se argumentar na presente pesquisa que, por mais que sejam termos homônimos, o “banditismo” de Hobsbawm e o “banditismo” que a “historiografia tradicional” aponta na Balaiada possuem acepções distintas e até opostas. Conjectura-se também que, ainda que Dias não utilize o conceito de banditismo social de Hobsbawm em sua obra, existem algumas aproximações entre o trabalho de Dias e o conceito de Hobsbawm. Para Hobsbawm os bandidos sociais são oriundos necessariamente dos grupos “subalternos”, estão submetidos à uma lógica de dominação baseada numa hegemonia cultural, tal dominação não é absoluta, o que permite que em algumas circunstâncias eles se revoltam; são praticantes de uma “forma não capitalista de rebeldia”, uma vez que surgem em sociedades que já possuem uma hierarquia definida, mas ainda não possuem meios de produção capitalista e nem concentraram o poder em um Estado Nacional; são também agentes do “banditismo”, pois são por essência antagonistas ao poder e só podem existir como fenômeno de massas em cenários onde o poder está desestruturado – também pode ocorrer como fenômeno de massas em cenários de catástrofe ambientais e de fome, fatores que são geralmente desarticuladores do poder. O bandido social está dentro de todas estas categorias, mas o que o difere delas é sua relação com os camponeses, grupo que eles também fazem parte. Os camponeses, seguindo seus próprios termos e julgamentos, não os consideram bandidos. Nesta esteira a presente pesquisa

pretende verificar se alguns aspectos da Balaiada podem ser analisados através do conceito de “banditismo social” de Hobsbawm; quais os distanciamentos entre o “banditismo social” de Hobsbawm e a pecha de banditismo legada à Balaiada pela “historiografia tradicional”; e quais as aproximações e distanciamentos entre a obra de Dias e o conceito de Hobsbawm. Metodologicamente procederemos qualitativamente através da articulação do alicerce bibliográfico e dos apontamentos teóricos que nos servimos para buscarmos responder as questões propostas.

O Humanismo como alegoria do patrimônio

Roberto Silva de Oliveira
roberto.oliveira@uesb.edu.br

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

É muito comum referir-se ao Humanismo como um pressuposto imediato do Renascimento. Entre os estudiosos muitos foram aqueles que apreenderam-no como um movimento secularizado de ideias calcado no desenvolvimento dos estudos das humanidades (*studia humanitatis*), objetivado no culto às Artes, à beleza e à personalidade. Outros o tomaram como uma corrente filosófica que, elaborada a partir dos valores socioculturais dos gregos e dos romanos, fez surgir o humanismo civismo que animou a cena política nas cidades-Estado italianas do Baixo Medievo. Os debates acerca do bem comum e da comunidade política, temas amplamente discutidos entre os séculos XIII e XV e que embasaram o humanismo cívico, encerram um significado jurídico fundamental ao avanço da propriedade privada. Neste sentido, a proposta em questão, objetivada na perspectiva teórica do materialismo histórico e dialético, apreende o Humanismo como fundo epistemológico que, gestado a partir da ideia genérica de homem, patrimônio fundamental de si mesmo, substancializou as bases jurídicas da propriedade privada no âmbito da acumulação primitiva de capital.

Os sufrágios oferecidos pela Confraria da Santíssima Trindade da Igreja do Pópulo de Braga (1700-1750)

José Hermes dos Santos Pimentel
jhermesp@gmail.com

Professor de ensino básico da rede privada do estado da Paraíba

A Confraria da Santíssima Trindade da Igreja do Pópulo de Braga (Portugal) trabalhou bastante para que as almas dos seus confrades pudessem alcançar a salvação. Na primeira metade do século XVIII, os irmãos faziam vastos investimentos nas obras do pós-morte, como a preparação dos enterros, a compra de velas e as realizações das missas. A confraria que oferecesse mais benefícios atraía mais

indivíduos à integração dos seus quadros. A concorrência era grande, por isso, algumas irmandades se destacavam perante outras, como foi o caso desta confraria em estudo, que oferecia uma reza especial para determinados irmãos. Nesta apresentação, baseada na análise da documentação da referida confraria, em especial dos estatutos e livros de missas, nos propomos a caracterizar as estratégias e mecanismos mobilizados em vida com vistas à garantia da salvação eterna no Portugal setecentista.

O “Estado Segmentário” no Reino de Wessex no século IX: uma análise dos diplomas alfredianos

Breno Silva Teixeira

brenoteixeira03@gmail.com

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

O presente estudo tem por objetivo discutir as perspectivas idealista e materialista de Estado para pensar as sociedades pré-capitalistas, centrando o enfoque no conceito de Estado Segmentário e sua aplicação ao contexto histórico de Wessex no século IX. Na concepção idealista de Weber, o Estado é capaz de promover a ordem na sociedade por meio da racionalidade do direito e do poder administrativo, além do monopólio da coação física legítima. Já na tradição marxiana, o Estado é uma estrutura para regular e afirmar a dominação da classe não produtora sobre a classe trabalhadora. A teoria materialista do Estado Segmentário, concentra sua análise nos seguintes aspectos: há uma soberania territorial, mas limitada em regiões afastadas do centro, cuja distância fortalece os poderes locais; há uma coexistência dos poderes central e locais, mas as relações de subordinação ainda possuem o caráter piramidal; a lógica de dominação central é reproduzida no âmbito local; o poder central não possui o monopólio da força. No sentido de verificar esses aspectos e refletir sobre a forma estatal no século IX, sob o governo de Alfred, no Reino de Wessex, são analisados os diplomas régios.

Subjetividad y resistencia del campesino medieval

Carlos Alberto Astarita

carlos.astarita@gmail.com

Universidad Nacional de La Plata

Esta ponencia surge de investigaciones publicadas y en curso. Dejando de lado las luchas del período prefeudal, que exigen un tratamiento particular, el primer aspecto es que en la subjetividad del campesino deben tratarse de manera separada su religión y su lucha social. (1)El campesino, cuyo trabajo estaba inmerso en la naturaleza de la que dependía, se identificaba con el santo local, un dios

cercano al del Antiguo Testamento, al que debía agradar con ofrendas para que actúe sobre las condiciones objetivas en las que se desarrollaba su economía. Esa deidad, custodiada por el cura de cada lugar se alineaba con brujos y magos que también actuaban sobre las condiciones naturales y competían con la Iglesia. En la base de esta creencia estaba la identificación del campesino con las condiciones inorgánicas que rodeaban su actividad, y solo con el artesano, cuando el productor en lugar de operar sobre la naturaleza empezó a operar sobre el producto de la naturaleza, surgió una nueva subjetividad religiosa, que se reflejó en las herejías. (2) A nivel de la lucha social, el campesino tuvo conciencia de oposición a los señores, pero esta no se transformaba en conciencia de clase. En ello influía: (a) la explotación del trabajo era transparente e inocultable, a diferencia de lo que sucede en el capitalismo en que la plusvalía se obtiene por intercambio mercantil; (b) la forma personalizada de la relación social generaba que la explotación no se viera como explotación de clase sino como cuestión del señor particular; (c) la producción individual por la cual cada campesino era tan cooperativo como competitivo con otro campesino, y por lo tanto la lucha era una suma de voluntades críticas sin unidad de clase; (d) a partir de esa visibilidad de la explotación, nacía la posibilidad de que el campesino desarrolle una conciencia de clase y eso sucedió cuando acumuladores capitalistas en la Baja Edad Media reorientaron la lucha singular de cada señorío en lucha generalizada de clases. En este plano, sobre el sistema feudal comenzaba a actuar el capitalismo inicial. (3) La religiosidad y la lucha singular en el señorío fueron dos factores que actuaron sobre el modo de producción feudal en la Plena Edad Media.

Por un lado el endiosamiento de la naturaleza y la pasividad relativa del individuo ante su preeminencia frenaban el desarrollo de las fuerzas productivas aunque no lo impedían. Por otro lado, la visibilidad de la explotación produjo resistencias recurrentes, aunque limitadas (hubo contadas excepciones de sublevación general en una región fue y en casos muy especiales, como en la crisis que ocasionó en el siglo XII la sublevación de los burgueses de Sahagún y Santiago de Compostela). Esas resistencias parciales mediaron en la evolución del modo de producción. Un ejemplo fue el cambio de la renta trabajo por la renta en especie o en dinero. Un análisis empírico particularizado muestra que la resistencia (que tuvo formas muy diversas) fue el factor principal de las conmutaciones, y desde el momento en que una vez más se desplegó de manera separada, no en la forma de unidad de clase, el cambio de renta fue desigual según los lugares.

O colonato, campesinato e os Modos de Produção do Império Romano

Uiran Gebara da Silva

uiran.silva@ufrpe.br

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

O objetivo desta comunicação é refletir sobre como o conceito de Modo de Produção, e as várias encarnações deste conceito para o estudo de sociedades pré-capitalistas, pode ser retomado e utilizado para contextualizar e explicar a relação social e a instituição legal conhecida como colonato pela historiografia sobre o Império Romano tardio. Começo com uma breve síntese dos desenvolvimentos da historiografia sobre o colonato até o início do séc. XXI e como isso coloca

dificuldades para a manutenção das interpretações marxistas formuladas nos anos 1960. Em seguida apresento um também breve histórico das propostas para a compreensão da sociedade imperial romana por meio da noção de modos de produção. Na terceira parte da apresentação proponho que o colonato romano é uma relação social que corresponde à consolidação do Império Romano tardio como uma formação social baseada no Modo de Produção Tributário articulado com setores baseados na mão de obra escravizada. Neste contexto, proponho que o colonato não pode ser visto como elemento de transição a qualquer versão do Modo de Produção Feudal, mas sua desagregação representa um fortalecimento de bolsões do Modo de Produção Camponês no Mediterrâneo pós-romano.

História do campesinato nos arredores de Mérida (séculos VI-VII)

Eduardo Cardoso Daflon

ec.daflon@gmail.com

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Existe na historiografia uma enorme discussão acerca da configuração do mundo rural no período pós-romano. Já houve desde quem defendesse a tese de um proto-feudalismo até uma perspectiva de um escravismo reforçado na Alta Idade Média. Essas interpretações hoje encontram pouco eco entre especialistas que costumam apontar o quanto elas eram dependentes quase que exclusivamente das fontes escritas. Atualmente, há uma atenção muito maior nos dados que emanam da arqueologia. Devido especialmente ao peso dos trabalhos de Chris Wickham, que cruzou as fontes escritas com informações provenientes da cultura material, fala-se muito que os primeiros séculos medievais teriam sido um período de bastante autonomia do campesinato. A metáfora que Wickham utiliza é a da “pele de leopardo”, ou seja, ilhas de aristocracias articuladas e capazes de explorar a força de trabalho camponesa cercadas por um mar de camponeses tendencialmente livres e autônomos dos poderes aristocráticos. Esta comunicação tem a intenção de avaliar essa ideia a partir de um estudo de caso: o campo nos entornos da cidade de Mérida entre os séculos VI e VII. Trata-se de um contexto particularmente interessante por ser talvez um dos mais vigorosos exemplos de uma das “manchas” dessa metafórica “pele de leopardo”, uma dessas “ilhas” de dominação aristocrática.

Eixo Temático n. 9
Classes dominantes:
configuração e formas de atuação

(Coord.: André Guiot - SME-Duque de Caxias/RJ; Rejane Hoeveler - UFRJ)

Quarta-feira, 30/11 – 8h30 às 12h
<https://youtu.be/qNfHYsaoWus>

*A formação das classes dominantes regionais em Uberaba-MG: o fim do
escravismo colonial entre o coronelismo e o capitalismo dependente*

João Pedro Passos de Barros Borges
passospbb@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

A presente proposta procura compreender o processo de formação capitalista do Brasil no recorte regional de Uberaba-MG. Compreendendo como há na localidade classes médias ligadas estruturalmente a dinâmicas do tráfico interprovincial que perante o processo da revolução burguesa de 1888-1930 atuam predominantemente com práticas coronelistas que se mantêm imbricadas na modernização conservadora. Procurando compreender, portanto, o papel que o coronelismo tem na transição capitalista e o que isso pode dizer da formação das classes dominantes na periferia do sistema capitalista.

A questão negra e a Fundação Ford: uma nova pedagogia da hegemonia?

Luciano da Silva Barboza
lucianoarquivos@yahoo.com.br
LIEPE-UFRRJ

A pesquisa em desenvolvimento é sobre a classe dominante, a educação e a questão negra no Brasil. Esta pesquisa se insere no Laboratório de Investigações em Estado, Poder e Educação (LIEPE) nos estudos realizados sobre a frente social-liberal. A educação como política pública possui disputas no interior do Estado Ampliado, e pretendemos compreender a atuação da classe dominante e o

processo de atualização das estratégias de dominação utilizadas pela burguesia, que tem na educação pública o principal sustentáculo para a difusão do seu projeto de poder, para o controle dos ideais da classe trabalhadora e para a manutenção do atual modo de produção capitalista em sua fase social-liberal. O capitalismo contemporâneo é marcado por atividades desenvolvidas pelos inúmeros Aparelhos Privados de Hegemonia que fazem a difusão da Nova Pedagogia da Hegemonia no Brasil, dentre estes selecionamos para esta pesquisa a Fundação Ford estadunidense. Essa escolha foi feita de acordo com sua centralidade no financiamento de ações educacionais relacionadas à questão racial no Brasil nos últimos cinquenta anos. Nesta pesquisa nos interessa particularmente focar na interpretação da elaboração teórica elaborada diretamente pela Fundação Ford sobre a questão negra, interpretaremos suas concepções através das falas e escritos dos intelectuais orgânicos da fundação sobre esta temática racial.

DE 29/11 A 1º/12 DE 2022
CCHLA - UFPB
JOÃO PESSOA - PARAÍBA

IV Encontro Nacional GT História e Marxismo

